CORPOS DÓCEIS, MENTES LIVRES: O LETRAMENTO E O PODER TRANSFORMADOR DA LEITURA NO CÁRCERE¹

Lígia Alencar Pacífico Barreto²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições da leitura na vida de pessoas privadas de liberdade que, por meio dos livros, tiveram suas vidas transformadas. A discussão a respeito da relevância da leitura no espaço carcerário baseia-se na perspectiva da Teoria do Letramento. O aporte teórico selecionado fundamenta-se nas concepções de: Kleiman (2005), Bazerman (2007), Foucault (1997), Horellou Lafarge e Segré (2010). Além desses estudiosos utilizou-se a Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça, que trata especificamente da remição de pena pela leitura. Para tanto, foram analisados dois casos de pessoas privadas de liberdade que encontraram na leitura um novo sentido para suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento; Leitura; Espaço carcerário.

INTRODUÇÃO

Ao questionarmos alguém sobre o ato de ler um bom livro, é muito comum ouvirmos que “ler é viajar sem sair do lugar”. Para muitos leitores, essa prática os faz conhecer lugares distantes, imaginar como são os personagens das histórias, provocando neles diversas sensações. É verdade. A leitura provoca em nós vários sentimentos, mas podemos destacar um: o sentimento de liberdade. Quando lemos nos tornamos livres para viajar, conhecer, sentir, aprender e para imaginar.

Neste sentido, compreendemos que o ato de ler é capaz de transformar quem somos, o que pensamos, como nos comunicamos e até mesmo o mundo em que vivemos. Poderia, então, alguém que se encontra preso em uma cela vivenciar todas essas experiências que a leitura provoca? Quais as contribuições da leitura na vida daqueles que estão privados de sua liberdade? Essas questões nos fazem refletir o motivo pelo qual as práticas de leitura no cárcere têm sido cada vez mais alvo

¹Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

² Mestranda do curso de Letras – Linguística da Universidade Federal do Piauí. E-mail: ligiaapbarreto@hotmail.com

de pesquisas e da própria legislação penal brasileira. A Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/84) que em seu artigo 126 prevê a remição de pena pelo trabalho ou estudo, vem sofrendo recentes alterações no tocante às políticas públicas voltadas ao incentivo da leitura no cárcere como forma de remição de pena.

Na tentativa de investigar as transformações provocadas pela prática da leitura na vida dos apenados, a escolha para o presente trabalho justifica-se por ser esta uma oportunidade de pesquisar acerca das práticas de letramento e da influência da leitura em um ambiente tão ocioso e limitado como o cárcere. Faz-se necessário ressaltar a precariedade do sistema penitenciário brasileiro em diversos aspectos, o que compromete comprovadamente, o objetivo principal de ressocialização do apenado.

Desta forma, a pesquisa orienta-se de revisão bibliográfica, além de publicações em sites nacionais que contam histórias de presos e suas experiências com a leitura, bem como a Lei da Remição de Pena (Lei nº 12.433/2011) e políticas públicas voltadas para o incentivo à leitura nas prisões. É o caso do Projeto Leitura Livre, uma parceria da Secretaria de Educação do Estado do Piauí e Secretaria de Justiça do Estado, implantado em março de 2015 nas penitenciárias piauienses. Tal projeto tem como objetivo promover a prática da leitura e o fortalecimento da educação nas unidades prisionais piauienses para fins de reeducação e ressocialização do preso.

Desse modo, o presente artigo científico está voltado às práticas de letramento e à leitura no confinamento das prisões, como instrumento de transformação social, bem como da construção da identidade do próprio leitor. É necessário ressaltar que esta pesquisa científica é relevante para a sociedade em geral, pois busca analisar como a leitura contribui para a transformação no processo de ressocialização do indivíduo preso, tendo em vista o número expressivo de pessoas presas atualmente em nosso país. De acordo com os dados parciais do Banco Nacional de Monitoramento de Presos, apresentados ano passado, em 2018, existiam no Brasil 602.217 presos, dos quais 95% são homens e 5% são mulheres.³

Nesse caminho, apresentamos ainda um referencial teórico que servirá de embasamento para dar apoio ao trabalho pesquisado, alguns dos autores selecionados são: Soares (2010),

³Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/08/08/cnj-divulga-os-mais-recentes-dados-sobre-a-populacao-carceraria-no-brasil/> Acesso em: 26 de junho de 2019

Baynham (1995), Kleiman (2005), Bazerman (2007), Foucault (1997), Horellou Lafarge e Segré (2010), entre outros.

Corpos dóceis, mentes livres

A palavra dócil deriva do latim *docilis*, adjetivo que, segundo o dicionário Aurélio significa “aquele que se lida com facilidade”, “manso”. A obra *Vigiar e Punir* escrita pelo filósofo Michel Foucault, apresenta em um de seus capítulos o sentido de “corpo dócil”. Para Foucault (2004, p 126), “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”, é o corpo que foi severamente disciplinado e trabalhado.

Foucault (1997) cita em sua obra elementos essenciais para que se chegue à disciplina e à obediência, como a hierarquia, o controle, os castigos e punições. Tal afirmação nos leva a refletir acerca do sistema prisional a que os encarcerados estão submetidos, um sistema de disciplina, obediência e punição afim de que sejam corrigidos e retornem ao convívio social.

A leitura inserida em um ambiente tão precário e fragilizado como o cárcere, além de proporcionar o desenvolvimento intelectual e moral dos encarcerados, transforma suas mentes vazias em mentes livres. Mentes que viajam, que vão longe através das palavras, mesmo lendo em uma pequena cela. Quando lemos, passamos a compreender melhor o mundo, as pessoas e a nós mesmos. Nos tornamos capazes de transformar quem somos, bem como a realidade em que vivemos. O ato de ler nos proporciona uma reflexão crítica sobre a nossa própria realidade, nos tornando capazes de percebê-la e consequentemente transformá-la.

Durante nossa formação enquanto indivíduos, Foucault (1997) afirma que passamos por vários estágios de confinamentos até nos tornamos um corpo dócil. A família, a escola, a faculdade seriam as fases do confinamento necessárias para essa construção e quando falhamos nessa espécie de treinamento, passamos por outras formas de confinamento, como o cárcere, por exemplo. Os transgressores, aqueles que apresentam um comportamento desviante dos padrões

e normas estabelecidos da sociedade, são aqueles que vão para as prisões, com o objetivo de serem corrigidos para serem ressocializados pelo poder do Estado.

Obviamente, precisamos reconhecer que a realidade da maior parte dos presídios brasileiros vive uma crise que há muito nos preocupa. Celas superlotadas, com condições insalubres, precariedade na assistência ao preso, falhas no sistema de segurança, rebeliões, homicídios, configuram um total descumprimento das leis que regulamentam o regime penitenciário. Assim, a ressocialização e humanização dos preso(a)s de nosso país, objetivos primários das prisões, acabam por dificultar o retorno ao convívio social.

Em recente entrevista ao site da BBC News/Brasil, Clara Grisot, co-fundadora da associação francesa *Prison Insider*, fala a respeito do sistema prisional brasileiro:⁴

Vemos que a sociedade tem uma real falta de empatia em relação às pessoas encarceradas. A passagem pela prisão aniquila o interesse que as pessoas podem ter pelo respeito de direitos fundamentais, pela manutenção de laços familiares e saúde dos detentos. A privação de liberdade parece não ser suficiente, é preciso acrescentar condições deploráveis de detenção, sofrimentos físicos, enquanto não é esse o objetivo da prisão. Ouvimos esse tipo de discurso, não é algo específico do Brasil. É uma visão comum no mundo. O tratamento dado aos presidiários não interessa a quase ninguém, mas constatamos que isso é ainda mais forte nos países com grandes desigualdades sociais.

Para a especialista, a solução para o problema prisional está na educação e afirma que “investir na educação fecha as prisões”. De fato, a educação é um caminho que trilhamos com destino certo: uma sociedade onde o respeito ao outro é a lei máxima. Especialmente nos espaços prisionais brasileiros o que encontramos é um grande descaso em relação ao investimento na educação. Na realidade, há leis, políticas públicas e projetos que visam a ressocialização através da educação, estímulo à leitura na prisão, mas que precisam receber maior atenção nas pautas governamentais e nas discussões sociais.

Da Remição de Pena pela Leitura

⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48445684> Acesso em 29 de junho de 2019

O instituto da Remição de Pena pela Leitura teve origem a partir da Lei Estadual nº 17.392 de 2012 no Estado do Paraná, no intuito de complementar a remição de pena pelo trabalho e estudo. Após discussões a respeito dos benefícios da leitura nos presídios paranaenses, o Conselho Nacional de Justiça publica em 26 de novembro de 2012, a Recomendação nº 44.

De acordo com a Recomendação nº 44 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça⁵: “deve ser estimulada a remição pela leitura como forma de atividade complementar, especialmente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional”. O instituto da remição de pena pela leitura é uma inovação à Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/84) que prevê a possibilidade de diminuição dos dias de pena através da leitura. Vejamos o que diz o texto da Resolução nº 44 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ):

[...] CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, inciso IV, da Resolução de n. 03, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que associa a oferta da educação às ações complementares de fomento à leitura no contexto prisional; CONSIDERANDO a experiência exitosa de projetos pioneiros no Brasil, em algumas unidades da federação, no sentido de assegurar à população segregada em regime fechado e que demonstra bom comportamento no cumprimento da pena a chamada remição pela leitura; [...]

Segundo a recomendação do CNJ, a leitura de um livro juntamente com a produção escrita em forma de resumo, corresponde a quatro dias de remição de pena. É necessário destacar que após a produção do texto escrito pelo apenado, este é encaminhado à uma comissão técnica que o avaliará obedecendo aos critérios estabelecidos para a contagem da remição da pena. De acordo com o texto da lei⁶:

[..] assegurar que a comissão organizadora do projeto analise, em prazo razoável, os trabalhos produzidos, observando aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado. O resultado da avaliação deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz de Execução Penal competente, a fim de que este decida sobre o aproveitamento da leitura realizada, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena para os que alcançarem os objetivos propostos; [...]

⁵ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/portaria-44-cnj.pdf> Acesso em: 30 de junho de 2019

⁶ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/portaria-44-cnj.pdf> Acesso em 30 de junho de 2019

É perceptível a contribuição positiva da inovação legal para o incentivo à leitura e ressocialização dos presos. A possibilidade de reduzir a pena através da leitura de livros, fomenta o hábito de ler, promove a aquisição e construção do conhecimento, bem como o crescimento pessoal do leitor preso. Assim, entendemos que a proposta do legislador amplia os benefícios voltados para o apenado, ao passo que o mesmo, além de remir sua pena, tem a oportunidade de ter o acesso à cultura e novos conhecimentos.

Letramento: as contribuições da leitura no cárcere

O homem é um ser político e social, que está em constante relacionamento com o outro. Vivenciamos diversas transformações ao longo da vida, e em razão disso é que surge a necessidade de se pesquisar cada vez mais acerca do próprio homem, suas necessidades, sua natureza, pensamentos e ações. Desse modo, entendemos a relevância de se estudar a linguagem, já que é o recurso utilizado pelo homem para se relacionar, conhecer, aprender, transformar-se e transformar sua realidade, seja ela nas formas falada ou escrita.

A vida contemporânea possui uma grande quantidade de relacionamentos sociais a distância que são quase totalmente regulados pela escrita, muitas vezes eletrônica, em que a interação face a face de fato não é muito mais do que a interface entre dois terminais de computadores (BAZERMANN, 2007, p. 69)

Surge então o que chamamos de letramento, termo que traz um novo significado para o ato de ler e escrever, pois o indivíduo passa a interagir com a leitura e a escrita em diferentes contextos sociais. Vejamos a seguinte definição de letramento: “letramento é o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social” (SOARES, 2005, p. 72). Reforçando essa ideia, Baynham (1995) diz que, as práticas de letramento são

atividades humanas concretas, são produções sociais e é possível pensar e refletir sobre o que elas são.

A palavra letramento tem origem na palavra “*literacy*” do inglês, que quer dizer letrado, e traz um novo sentido às habilidades de leitura e escrita. Segundo Soares (2010), a palavra letramento surge para caracterizar aquele que é capaz de fazer uso da leitura e da escrita, que corresponde às exigências da sociedade em seu cotidiano. Nesse caminho, para Bazerman (2007), há uma forte associação entre o desenvolvimento da língua e as experiências vivenciadas em comunidade, já que uma língua é aprendida pelo indivíduo em contato com os outros indivíduos.

A sociedade em geral, não está tão preocupada com a realidade dos presídios, nem tão pouco em saber como a vida acontece lá dentro, e isso justifica o fato do descaso que assola o sistema penitenciário em nosso país. Embora a população presidiária viva à margem das principais questões sociais e políticas, é fato que a presença do livro faz parte desse contexto, através de projetos de leitura e políticas públicas que incentivam o ato de ler e a construção de uma nova identidade para os sujeitos que ali se encontram.

Daí o interesse em pesquisar sobre o público leitor na penitenciária e as práticas de letramento que lá ocorrem, buscando entender como a leitura pode transformar a vida do indivíduo preso, considerando também, as inovações legais que tratam da matéria serem ainda bem recentes, bem como as políticas públicas destinadas à remição da pena pela leitura. No entanto, para muitos a função da leitura na vida da pessoa privada de liberdade é entendida simplesmente como uma atividade terapêutica ocupacional para amenizar o sofrimento de viver encarcerado. Nesse sentido, Horellou Lafarge e Segré (2010, p.123), entendem a leitura no cárcere como “uma expressão do desejo de sobrevivência do apenado”, pois através do livro ele torna-se capaz de libertar-se de sua “prisão mental”. Aquele, pois que está legalmente impedido de viver em liberdade, encontra nos livros a porta aberta para sua imaginação, uma oportunidade de mudança, uma peça fundamental para a construção de uma nova identidade. Dessa forma, as práticas sociais de letramento podem ser entendidas como o meio pelo qual o indivíduo expressa suas aprendizagens através da leitura e escrita e as aplica no meio social em que vive. Assim,

passamos a compreender o sentido de corpos dóceis, disciplinados e a noção de mentes livres para a imaginação.

Segundo Kleiman (2008, p.18), o conceito de letramento é complexo, pois envolve muito mais do que uma habilidade ou uma competência do sujeito que lê. São necessárias múltiplas capacidades e conhecimentos, que muitas vezes não estão, necessariamente, ligados à leitura escolar, mas sim com a leitura de mundo, já que o letramento antecede a alfabetização, ou seja, quando uma pessoa começa a interagir socialmente com práticas de letramento no seu mundo social. Assim, podemos entender que letramento está diretamente ligado às ações do indivíduo no contexto social em que vive, são as suas práticas na sociedade. Embora existam diversos conceitos para o termo letramento, não é raro o surgimento de novas visões, uma vez que esse termo por si só não descreve um simples e único fenômeno, mas práticas sociais que se processam pela intermediação da palavra escrita (STREET, 1984).

Nesse seguimento, trazemos à baila uma publicação feita na página do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em 30 de novembro de 2017. A matéria aborda que a prática da leitura tem mudado o destino de presos brasileiros. Através de uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi doada uma biblioteca com um acervo de 487 livros, ao Albergue Masculino de Porto Velho, no ano de 2017. Na época, esta era a única casa prisional que não possuía uma biblioteca. A matéria ainda conta a história de R., preso em 2007 na penitenciária de Porto Velho, que começou a ler livros durante o cumprimento de sua pena como forma de minimizar o medo da violência vivenciada em sua cela e de evitar as drogas que lhes ofereciam na prisão. Foi nos livros que R. encontrou a porta para sua liberdade e transformação pessoal: livrou-se do crime e passou no vestibular da Universidade Federal de Rondônia- UNIR. Vejamos um pouco mais da história de R. segundo a matéria⁷:

Em Porto Velho, Rondônia, a 1,9 mil quilômetro de distância de Belém, R. já deixou o regime fechado, onde viveu cinco anos entre o Presídio Urso Branco, o Presídio Urso Panda e o Centro de Ressocialização Vale do Guaporé. R., de 38 anos hoje trabalha e estuda. O direito a progredir para o regime semiaberto ele deve, em grande parte, à leitura. Com o hábito adquirido, “tomou gosto por estudar”,

⁷Disponível em: <http://wwwh.cnj.jus.br/noticias/cnj/85848-leitura-na-prisao-muda-destino-de-condenados>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

formou-se em Pedagogia com nota 100 na monografia. Ele acorda todos os dias às 6 horas, toma seu café e parte para o trabalho. Sempre monitorado por tornozeleira eletrônica. Ao final do expediente, retorna para casa. [...]O único dia em que muda a rotina é sexta-feira. Há dois meses, R. se dirige não ao serviço, mas à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Rondônia, onde cursa Mestrado *stricto sensu*. Quando conquistar o grau de mestre, em 2019, pretende retornar aos presídios onde esteve para incentivar a leitura entre os internos e provar que é possível outro futuro, especialmente para quem adota o hábito da leitura. Promete dividir com os presos uma frase do filósofo francês Jean-Paul Sartre: “Não importa o que fizeram com você. O que importa é o que você faz com aquilo que fizeram com você”. (CNJ, 2017)

O caso de R. é um exemplo de alguém que foi transformado pela leitura, que encontrou nos livros uma nova chance para ser diferente e fazer diferente. A leitura pode mudar nossa história, pode dar um novo significado para quem somos, nos fazendo refletir, conhecer e aprender. De preso, R. passou a ser aluno do mestrado da Universidade Federal de Rondônia e pretende retornar ao presídio para contar sua história e, assim, compartilhar sua experiência com a leitura.

Com base nos conceitos apresentados, as práticas de letramento se caracterizam nas ações desenvolvidas por R., pois todo o conhecimento adquirido através de suas leituras serviram para sua formação e construção de sua nova identidade. R. deixa claro na matéria seus planos para desenvolver ações no presídio e contar sobre a importância da leitura em sua vida.

Outro ponto importante que está presente na matéria supracitada é a contribuição da leitura para a diminuição dos casos de reincidência no crime. Vejamos o que diz uma servidora que trabalha com leitura em uma penitenciária paraense:

Segundo a servidora Aline Mesquita, que trabalha com leitura no sistema prisional do Pará, os ganhos apresentados por quem lê são notados rapidamente na forma de se expressar dos presidiários. “Os presos que leem aumentam a capacidade de interpretar textos, melhoram o poder de síntese e aprimoram as habilidades ligadas à escrita. Vamos lançar uma coletânea com as melhores resenhas feitas por presos das diferentes casas penais”, anuncia. Os resultados da leitura no cárcere não são apenas linguísticos. Desde o início da Arca da Leitura, seis anos atrás, 298 presos participaram do projeto e nenhum deles voltou ao mundo do crime, garante Aline.

No caso em tela, os dados revelaram uma diminuição significativa no número de presos que, ao desenvolverem o hábito da leitura, não retornaram às práticas delituosas no estado do Pará. De acordo com a matéria, há uma clara evolução na capacidade interpretativa dos textos, na escrita e poder de síntese, mas além dos aspectos linguísticos, os leitores presos evoluem enquanto pessoas, ressocializados e aptos ao convívio em sociedade.

Importante lembrar de Alberonio Alves, autor do livro *Jacaré Bitonho: O Poder do Espírito Santo*, que foi escrito nos anos em que cumpria sua pena, em regime fechado, na Penitenciária Irmão Guido, localizada na zona rural de Teresina - PI. A história de Alberonio foi publicada no site da Defensoria Pública do Piauí, no dia 14 de junho de 2017⁸. A matéria enfatiza a participação do detento no 15º Salão do Livro do Piauí, evento que promove a leitura no estado. Segundo o texto, Alberonio além de conviver com as mazelas do sistema carcerário, passou por situações extremamente difíceis durante o período em que estava na prisão, como o falecimento de sua filha e a prisão de sua esposa. A leitura foi a forma que Alberonio encontrou para “escapar” de todas as dificuldades que enfrentava naquela fase de sua vida, além da construção de uma nova identidade.

O reeducando diz que encontrou na literatura a motivação para abandonar o crime. [...] Dr. Fabrício Araújo diz que “a notória ressocialização do assistido em foco estimula ainda mais a labuta no apaixonante Núcleo da Execução Penal; sobretudo, porque no caso sobredito envolveu a leitura e publicação de obra literária”.⁹

As práticas de letramento se concretizam quando o conhecimento é vivenciado e aplicado no meio social do indivíduo. Logo, R. e Alberonio desenvolveram claramente o que entendemos por letramento, pois através de suas leituras construíram uma nova relação com o livro, desenvolveram um novo olhar, uma identidade leitora e realizaram práticas sociais. Transformaram-se em corpos dóceis, agora prontos para uma nova oportunidade, uma nova vida em sociedade. É claro que as histórias recontadas aqui são raros exemplos de presos ressocializados e transformados, mas nos dão uma visão de que a leitura é um caminho, é uma alternativa para o cumprimento do projeto legal de ressocializar e humanizar os detentos.

⁸ <http://www.defensoria.pi.def.br/detento-que-lancou-livro-de-fabulas-no-salipi-e-assistido-pela-defensoria/> acesso às 14:20 27/06/2019

⁹ Dr. Fabrício Araújo é defensor público do Núcleo da Execução Penal da DPE-PI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema carcerário em nosso país é uma realidade que muito nos inquieta e preocupa, daí a razão para pesquisar sobre o impacto da leitura na vida de pessoas privadas de liberdade. Promover uma reflexão quanto às contribuições da leitura para a transformação e ressignificação de pessoas presas, é sem dúvida, o coração deste artigo.

Os casos de R. e Alberonio, escolhidos em consonância com a teoria aqui apresentada, são raros exemplos de ressocialização pela leitura. Decerto, muitos outros podem tornar-se realidade se a devida atenção for dada à leitura dentro do espaço carcerário. Assim, não basta entregar o livro nas mãos do preso, ele precisa entender sua utilidade, seu poder. Atividades de motivação e conscientização sobre o hábito de ler e seus benefícios são essenciais para o sucesso de qualquer projeto de leitura, seja nos presídios, seja na escola ou em qualquer outro espaço.

Portanto, entendemos que a leitura no espaço carcerário é uma porta para a liberdade, é uma nova chance. Quanto mais o preso lê, mais vai aprendendo, vai conhecendo e refletindo. Os benefícios vão além do aprendizado linguístico, dos valores morais e éticos, são benefícios para a construção de um ser mais humano e mais preparado para retomar o convívio social.

REFERÊNCIAS

- BAYNHAM, Mike. **Literacy practices: investigating literacy in social contexts**. London: Longman, 1995.
- BAZERMAN, Charles. **Escrita, Gênero e Interação Social**. São Paulo, SP: Cortez, Editora, 2007.
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de & DRESSLER, Wolfgang U. **Introduction to Text Linguistics**. Londres: Longman, 1983

CANFORA, Luciano. **Livro e liberdade**. Casa da Palavra, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da Prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 23a Ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. “Os corpos dóceis”. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da Leitura**. Ateliê Editorial, 2010.

KLEIMAN, Ângela. **Os significados do letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

STREET, Brian V. **Cross-cultural Approaches to Literacy**. Cambrigde: Cambrigde University, Press, 1984.